

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 95.187 - MG (2018/0039600-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : LUCAS CESARIO DE CASTRO
ADVOGADO : CAMILO LELIS FELIPE CURY E OUTRO(S) - MG104122N
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. DIREITO PROCESSUAL PENAL. ARGUIÇÃO DE NULIDADES. INSURGÊNCIA CONTRA ACÓRDÃO DA CORTE DE ORIGEM, QUE NÃO CONHECEU DA IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA POR SE TRATAR DE SUBSTITUTIVO DE REVISÃO CRIMINAL. DESCABIMENTO. RECURSO DESPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por LUCAS CESÁRIO DE CASTRO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do HC n.º 1.0000.17.068537-4/000.

Consta que o Recorrente foi submetido a Júri Popular e condenado a 8 (oito) anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática dos ilícitos tipificados no art. 121, § 2º, incisos I e IV, na forma do art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, e no art. 244-B da Lei n.º 8.069/1990.

O Tribunal estadual negou provimento à apelação defensiva e essa decisão transitou em julgado em 03/04/2017 (fl. 1.177).

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* na Corte de origem, em acórdão assim ementado (fl. 1.701):

"HABEAS CORPUS. *HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. NULIDADE DO PROCESSO. NÃO CABIMENTO. TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENAÇÃO. MATÉRIA ADSTRITA À REVISÃO CRIMINAL. DISCUSSÕES INCABÍVEIS NESTA VIA ESTREITA. NÃO CONHECIMENTO DA IMPETRAÇÃO.*

- *As hipóteses de cabimento da ação constitucional de Habeas Corpus são restritas, não se admitindo que seja utilizado em substituição a recursos ordinários, tampouco como substitutivo de revisão criminal.*"

Inconformada, a Defesa alega, em suma, que: (i) o Júri padece de nulidade absoluta pois os quesitos do art. 483 do Código de Processo Penal não foram formulados na ordem legalmente estabelecida; (ii) a denúncia e a condenação se deram com base em

Superior Tribunal de Justiça

provas ilícitas por derivação (por terem se originado de um inquérito eivado de vícios); (iii) não existe "*fundamentação na decisão que diminuiu a pena à metade, no crime de homicídio, quando deveria ser na fração de 2/3*"; e (iv) houve "*vilipêndio, na ação penal, aos princípios da obrigatoriedade e indivisibilidade*"(fls. 1.737-1.738).

Requer, por fim, em medida liminar e no mérito, a expedição de salvo-conduto e, ao final, o provimento do recurso para que se determine ao Tribunal estadual que examine as questões suscitadas ou, subsidiariamente, que se declare as nulidades argüidas.

O pedido de liminar foi indeferido pela Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, então Relatora dos presentes autos, nos termos da decisão de fls. 1.752-1.753.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 1.758-1.763, opinando pelo conhecimento e provimento do recurso para que se determine que a Corte de origem examine o mérito do *habeas corpus* originário.

É o relatório. Decido.

Transcrevo as razões utilizadas pela Corte de origem para não conhecer do *habeas corpus* originário (fls. 1.703-1.704; sem grifos no original):

Da análise dos autos, verifico que o paciente foi submetido a Júri Popular e condenado como incurso nas sanções do art. 121, § 2.º, incisos I e IV, na forma do art. 14, inciso II, ambos do Código Penal, e no art. 244-B, da Lei 8.069/90, à pena de 08 (oito) anos de reclusão em regime inicialmente fechado.

Constato, ainda, que foi interposto Recurso de Apelação pela defesa, tendo a Turma Julgadora negado provimento ao recurso, ocorrendo o trânsito em julgado do acórdão em 03/04/2017, conforme certidão de f. 1105-TJ.

Com efeito, frisa-se que a garantia da ação constitucional de habeas corpus não é a via adequada para analisar as teses de nulidade apresentadas. Isto porque as hipóteses de cabimento do writ são restritas, não se admitindo que seja utilizado em substituição a recursos ordinários, tampouco como substitutivo de revisão criminal, como pretende o impetrante.

Nesse sentido:

[...]

Ante o exposto, não conheço da impetração"

Observo que a **Corte estadual não conheceu da impetração originária**, sob o fundamento de que a **via adequada** para se analisar as questões ali suscitadas é a

Superior Tribunal de Justiça

ação de revisão criminal (uma vez que o acórdão da apelação transitou em julgado) e não a do *habeas corpus*, conclusão essa que encontra respaldo na jurisprudência deste Tribunal. Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. DOSIMETRIA DE PENA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. QUANTUM DE AUMENTO. DISCRICIONARIEDADE DO JULGADOR. CAUSA DE DIMINUIÇÃO DE PENA DO ART. 33, § 4º, DA LEI N. 11.343/2006. INAPLICABILIDADE. CONDENAÇÃO PELO ART. 35 DA LEI DE DROGAS. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE NA APLICAÇÃO DA REPRIMENDA. HIPÓTESE DE NÃO CONHECIMENTO DO MANDAMUS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

[...]

4. *Tratando-se de impetração que se destina a atacar acórdão proferido em sede de apelação criminal, já transitado em julgado, contra o qual seria cabível a interposição de revisão criminal, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita, circunstância que impede o seu conhecimento.*

[...]

6. *Agravo regimental improvido*" (AgRg no HC 486.185/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 07/05/2019; sem grifos no original.)

"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. SUCEDÂNEO DE REVISÃO CRIMINAL. INADMISSIBILIDADE. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES. AUTORIA E MATERIALIDADE CONFIGURADAS. PENA FIXADA CONSIDERANDO-SE AGRAVANTES E ATENUANTES. CUMPRIMENTO INICIALMENTE EM REGIME FECHADO. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. REAVALIAÇÃO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

2. *Na hipótese vertente, trata-se de habeas corpus impetrado contra ato do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, consistente na prolação de acórdão em sede de apelação criminal, cujo trânsito em julgado já se verificou. Inadequação da via eleita, porquanto cabível, na espécie, revisão criminal.*

[...]

4. *Registre-se que a rediscussão da matéria é incompatível com a via mandamental eleita, porquanto, para se invalidar a conclusão da*

Superior Tribunal de Justiça

instância originária, torna-se imprescindível a reavaliação do contexto fático-probatório.

5. *Habeas corpus não conhecido.* (HC 321.593/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 30/09/2015; sem grifos no original.)

Ante o exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

